



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA/MG
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA
AVENIDA JOÃO NAVES DE ÁVILA, 2121 - BAIRRO SANTA MÔNICA REITORIA - BLOCO 3P -
CAMPUS SANTA MÔNICA UBERLÂNDIA-MG - CEP. 38.408-144

PARECER n. 00484/2016/PF/UFU/PFFUFUB/PGE/AGU

NUP: 23117.006744/2016-00

**INTERESSADOS: EDUARDO NUNES GUIMARÃES - VICE-REITOR DA UFU NO
EXERCÍCIO DE REITOR**

ASSUNTOS: CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS

EMENTA: I. Projeto de Pesquisa. Contrato a ser firmado entre empresa privada e a Fundação de Desenvolvimento Agropecuário- FUNDAP, com a interveniência da Universidade Federal de Uberlândia. II. Procedimento que atende ao disposto nas Leis 8.958/94 e Decreto n. 7.423/2010, além das resolução da própria Universidade. III. Possibilidade jurídica. Necessidade de aprovação do projeto pelo Conselho da Unidade, como medida condicionante à celebração do contrato.

Ilustríssima Senhora Procuradora-Chefe,

1. RELATÓRIO

1. Tratam os autos de minuta de contrato para desenvolvimento de projeto de pesquisa "*desempenho de vacas leiteiras suplementadas com enzima fibrolítica*", desenvolvido no âmbito da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade Federal de Uberlândia, a ser firmado entre a AB Vista Brasil Comércio de Alimentos Animal Ltda. e a Fundação de Desenvolvimento Agropecuário - FUNDAP, com a interveniência da Universidade Federal de Uberlândia, nos termos das Leis 8.958/94 e 10.973/04, Decreto nº 7.423/2010 e legislação complementar.

2. A documentação foi encaminhada por meio do MI nº. 038/2016/DIREP, estando encartada no bojo do processo nº 059/2016 da mesma Faculdade e composta, dentre outros, pelos seguintes documentos, nesta ordem:

- o Aprovação ad referendum do Conselho da Faculdade de Medicina Veterinária do projeto de pesquisa;
- o Minuta do contrato elaborada pela FUNDAP;
- o Projeto de pesquisa (anexo I);
- o Parecer da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, favorável a execução do projeto, com sugestão de avaliação da minuta de contrato pela Procuradoria Federal (fls. 17/18).

3. É o breve e necessário relato. Passa-se a opinar.

2. ANÁLISE JURÍDICA

4. A minuta em pauta foi analisada frente à legislação em vigor, de forma limitada à verificação do seu aspecto jurídico-formal, não adentrando em análises de competência técnica da Universidade relativas a critérios de conveniência e oportunidade.

5. A celebração de contratos de pesquisa, ensino, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, possui regulamentação na Lei nº 8.958/94 e, internamente, nas Resoluções nº 01/96 e 03/2002, do Conselho Diretor e Conselho Universitário da Universidade Federal de Uberlândia, respectivamente.

6. A Lei estabelece que poderão as Instituições Federais de Ensino Superior celebrar contratos com Fundações de Apoio com a finalidade de impulsionar tais projetos a serem desenvolvidos em benefício da Instituição.

7. Veja-se que o art. 1º-B da Lei nº 8.958/94 estabelece a possibilidade de as Fundações de apoio celebrarem contratos e convênios, por prazo determinado, com organizações sociais e entidades privadas visando apoiar as IFES na gestão administrativa e financeira dos projetos mencionados.

8. Visando regulamentar a celebração desses contratos, nos quais a Universidade figura como interveniente, foi elaborada a Resolução nº 01/96 do CONDIR, cujo Anexo II traz modelo a ser seguido para a instrumentalização da contratação.

9. Passando à análise do contrato trazido pela unidade consulente, verifica-se, inicialmente, que foram aplicadas as boas técnicas da redação, tendo sido a minuta subdividida em cláusulas que dispõem, preponderantemente, sobre os seguintes assuntos:

1. Natureza do ajuste;
2. Objeto;
3. Obrigações das partes;
4. Vigência;
5. Recursos Financeiros;
6. Pessoal;
7. Prestação de contas;
8. Alterações e rescisão;
9. Notificações;
10. Multas e juros;
11. Publicação;
12. Foro.



10. Como mencionado no início da presente manifestação, a Universidade Federal de Uberlândia, entidade assessorada por esta Procuradoria, participa do contrato na condição de interveniente, uma vez que os professores e alunos envolvidos no projeto pertencem aos seus quadros.

11. Dentre as obrigações impostas à UFU não se observa ilegalidades a serem sanadas.

12. Quanto às demais cláusulas, no intuito de adequar a minuta às disposições normativas aplicáveis, passemos a tecer algumas considerações.

13. Aponta-se a necessidade de inserção no instrumento, de cláusula que afaste a hipótese de qualquer associação ou solidariedade da UFU com a contratante e com a contratada perante terceiros, indicando-se, para tanto, a adoção da redação da cláusula nona do modelo de contrato apresentado no Anexo 2 da Resolução CONDIR n. 01/96.

14. Recomenda-se a modificação do orçamento constante do projeto de pesquisa (fl. 15), a fim de detalhar quais são as taxas administrativas que resultam no valor de R\$ 4.400,00.

15. Ainda, com relação ao orçamento, sugere-se o seu detalhamento para prever os custos e despesas com mão de obra, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e tributários, conforme expressamente previsto no § 1º, da cláusula quinta, da minuta contratual (fl. 07).

16. Quanto ao cronograma de atividades (fl. 16), deflui-se que não foi previsto o prazo final para entrega do relatório final, o que é de suma importância, já que a contratante irá liberar 40% dos recursos financeiros apenas com a entrega do relatório final da avaliação (cláusula quinta - fl. 07).

17. Para melhor técnica jurídica e redacional, propõe-se a modificação da cláusula décima segunda (do foro), para que seja eleita a subseção judiciária de Uberlândia, e não seção judiciária.

18. Foi prevista cláusula sobre a necessidade de publicação do extrato do instrumento no Diário Oficial da União, o que é imprescindível, dada a participação da UFU.

19. Registre-se que a obrigatoriedade da publicação do extrato do ajuste decorre do disposto no art. 61 c/c art. 116 da Lei n. 8.666/93, e representa requisito de eficácia.

20. Recomenda-se que na assinatura do contrato sejam incluídas duas testemunhas, uma necessariamente o professor responsável pelo projeto de pesquisa, a fim de deixar clara a sua ciência e anuência no tocante a todas as obrigações decorrentes do instrumento contratual. Registre-se que apenas o Reitor, na qualidade de representante legal da UFU, é parte legítima para assinar o contrato, salvo hipótese de delegação de competência formalizada por ato próprio.

22

21. Analisando os demais elementos da minuta, entende-se que está redigida na forma adequada, estando apta a produzir os seus efeitos jurídicos, não havendo reparos a fazer.

22. Constatou-se que apesar da existência de aprovação *ad referendum* do Conselho da Faculdade, subscrito pelo Diretor da FAMEV, é recomendável, antes da formalização da ajuste, que a decisão seja referendada pelo órgão competente, o que é imprescindível para que o contrato seja firmado validamente.

3. **CONCLUSÃO**

23. Diante de todo o exposto, s.m.j., ressalvadas as observações contidas neste Parecer, conclui-se pela regularidade jurídico-formal da minuta do instrumento contratual a ser celebrado.

24. Ressalte-se o caráter opinativo - e, portanto, não vinculante - do parecer jurídico, que poderá ser afastado nos termos do que dispõe o art. 50, inciso VII, da Lei nº 9.784/99.

25. Ao gabinete do Reitor, em resposta.

26. À consideração superior.

Uberlândia, 01 de setembro de 2016.

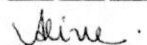


LUÍS HENRIQUE ASSIS NUNES
PROCURADOR FEDERAL



Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 23117006744201600 e da chave de acesso 595ae01e

Recebi em: 02/09/16



Gabinete do Reitor - UFU



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA/MG
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
AVENIDA JOÃO NAVES DE ÁVILA, 2121 - BAIRRO SANTA MÔNICA REITORIA - BLOCO 3P -
CAMPUS SANTA MÔNICA UBERLÂNDIA-MG - CEP. 38.408-144

DESPACHO n. 00153/2016/PF/UFU/PFFUFUB/PGF/AGU


NUP: 23117.006744/2016-00

INTERESSADOS: EDUARDO NUNES GUIMARÃES - VICE-REITOR DA UFU NO EXERCÍCIO DE REITOR

ASSUNTOS: CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS

1. Aprovo o Parecer nº 00484/2016/PF/UFU/PGF/AGU, da lavra do Procurador Federal Luís Henrique Assis Nunes.
2. Restitua-se à origem.

Uberlândia, 01 de setembro de 2016.


BIANCA DUARTE TEIXEIRA LOBATO
PROCURADORA-CHEFE
SIAPE 1.553.209

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 23117006744201600 e da chave de acesso 595ae01e